



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Catarina Sarmento e Castro

Ministra da Justiça

Intervenção da Ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, por ocasião das audições dos membros do Governo, na apreciação na especialidade do Orçamento do Estado 2022

Assembleia da República, 4 de maio de 2022

O orçamento do Ministério da Justiça, para 2022, é um orçamento que reflete um compromisso prioritário com uma **Justiça que se quer eficiente e célere**, ao serviço dos direitos e do **desenvolvimento económico-social**, mais **próxima** dos cidadãos, mais, **moderna, transparente e acessível**.

Em termos globais, a despesa consolidada do programa da Justiça em 2022 é de 1.610 M€ (mil seiscentos e dez milhões de euros), um montante que corresponde, na prática, a um aumento de 115 M€ (cento e quinze milhões de euros) face ao orçamentado para 2021 – i.e., mais 7,7%.

Este é o orçamento inicial do MJ mais elevado de sempre.

1. É um orçamento que permitirá manter o foco no combate determinado contra a corrupção;
2. É um orçamento que pensa nos utentes dos serviços de justiça - cidadãos e empresas -, e apostado na melhoria da eficiência da atividade judicial, tendo em vista o desenvolvimento económico-social do país, e o reforço da confiança no Sistema Judicial;

3. É um orçamento virado para o investimento e recuperação de infraestruturas;
4. Que aposta na dignificação dos que trabalham na Justiça;
5. É um orçamento que cuida dos mais fracos, porquanto comprometido com a prevenção e o apoio às vítimas.

Com o Orçamento para 2022,

1. O Governo irá reforçar o combate à corrupção e às novas formas de criminalidade, fortalecendo a investigação:

Este é um orçamento que permitirá manter o foco no combate determinado contra a corrupção, criminalidade económico-financeira e cibercriminalidade.

O Governo anterior aprovou a primeira Estratégia Nacional Anticorrupção, que já está em marcha, e, na sua sequência, estabeleceram-se mecanismos jurídicos, como o Regime Geral da Prevenção da Corrupção e medidas destinadas a evitar

megaprocessos, cuja morosidade de resolução é socialmente insuportável e mina a confiança nas instituições do Estado. O atual Governo continuará apostado num combate determinado contra a corrupção.

O passo fundamental que se segue será a instalação e operacionalização do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), entidade independente, que será dotada dos meios necessários para exercer as suas funções de iniciativa, controlo e sanção.

Mas é, igualmente, decisivo apostar na prevenção, educando para a cidadania – em âmbito escolar, ou no ensino superior, com bolsas e projetos de investigação. Importa, também fomentar a transparência e reduzir a burocracia que cria incentivos a práticas corruptivas.

O Governo também reforçou os meios da investigação criminal, o que é visível quando, este ano, se lhe destina mais 14 milhões de euros do que em 2021 (PJ, PGR, INMLCF), num total de 297 milhões, assumindo a terceira maior expressão financeira do Orçamento da Justiça.

À Polícia Judiciária, mas também ao Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, estão reservados projetos do PRR, com impacto direto na melhoria da respetiva atividade. A atividade da Polícia Judiciária usufruirá da modernização tecnológica dos sistemas de suporte à investigação criminal, perícias informáticas e investigação financeira, que inclui a renovação dos equipamentos do Laboratório de Polícia Científica e seu apetrechamento com novas tecnologias analíticas, tendo em vista melhorar a qualidade das perícias. Neste contexto, serão fortalecidas a atividade laboratorial e as perícias informáticas e tecnológicas, designadamente, o reforço dos meios ao combate do cibercrime.

Este Orçamento, robustecendo o esforço dos últimos anos, permitirá continuar o reforço de meios humanos, designadamente, na PJ, que já no corrente ano passou a contar com 100 novos inspetores, e cuja reorganização de serviços garante, hoje, um modelo de polícia mais adaptado às novas exigências do crime.

2. Vamos Agir para Eficiência:

O Governo tem investido, nos últimos anos, na agilidade, transparência e proximidade dos serviços da área da Justiça, com resultados comprovados, um esforço que tem sido reconhecido internacionalmente pela sua abordagem integrada, que junta simplificação, digitalização e inovação.

Desse sucesso são bem ilustrativos os serviços registrais, mas o resultado do investimento, designadamente, em meios humanos e tecnológicos, também já é visível na diminuição das pendências nos tribunais.

A aposta nas novas tecnologias, que se pretende reforçar, contará, nos próximos anos, com cerca de 267 milhões de euros do PRR, que será catalisador de um novo processo de modernização do Sistema Judicial, com foco especial nos **Tribunais Administrativos e Fiscais** e nas **áreas da Insolvência e da cobrança de dívidas** (Juízos do Comércio e das Execuções), desse modo, fomentando a confiança dos cidadãos e das empresas.

Trata-se de promover uma nova fase da transição digital, na dimensão de transformação da Justiça, que não se circunscreve a



uma mera digitalização, de transformação de átomos em bits, (que caracterizou uma primeira fase da modernização empreendida nos últimos 15 anos), mas que abraça um novo paradigma transformador do sistema de Justiça: desenvolver um modelo tendo por base o digital, que permita desenhar novos mecanismos de simplificação e agilização processual nos vários tipos de processo. Uma abordagem que vem também permitir uma melhor gestão dos recursos, a partir de ferramentas que reúnam mais conhecimento, para apoiar uma melhor decisão e ajudar a uma mais informada definição de prioridades.

Entre as **iniciativas em curso e previstas** destacam-se:

A evolução tecnológica assente no princípio “digital por definição” e na gestão processual eletrónica, inclusive na fase de inquérito; o desenvolvimento avançado do *Magistratus*, acrescentando mais funcionalidades e ferramentas para os Juízes, com mais e melhor pesquisa de informação relevante, através da utilização de mecanismos de *machine learning*, o desenvolvimento do MP Codex, o *interface* dos procuradores, e dos *interfaces* únicos para mandatários e secretarias, Custas Processuais e Apoio Judiciário, mas também o Balcão Nacional de Injunções, o Balcão Nacional do Arrendamento, o Controlo e Auditoria a Administradores

Judiciais, e diferentes mecanismos de interoperabilidade, desmaterialização de comunicações, e incorporação de capacidades analítica e de inteligência artificial, tornando o trabalho dos agentes da Justiça mais eficiente e eficaz.

A aposta na tecnologia une-se a outras intervenções, mormente legislativas, que integram o novo **Plano de Ação Estratégica para a Justiça Administrativa e Fiscal, do Ministério da Justiça**, que define eixos estratégicos, e um conjunto de **metas, medidas calendarizadas e definição de entidades responsáveis pela sua concretização, que permitirá incrementar a capacidade de resposta dos tribunais administrativos e fiscais, prevendo** modificações legislativas, medidas tendentes à agilização da tramitação processual, à melhoria da gestão judiciária, e à transformação digital.

3. Este é um orçamento virado para o investimento e recuperação de infraestruturas

Assumimos o compromisso da **requalificação e modernização** das Infraestruturas da Justiça, designadamente **dos estabelecimentos prisionais, tutelares educativos e de reinserção**.

Estamos a redefinir uma estratégia de futuro, que se quer também orientada por ferramentas tecnológicas que permitam bem gerir, seguindo critérios de racionalidade que deverão ser, igualmente, antecipatórios, devendo ser criada uma ferramenta partilhada de gestão.

Avançar-se-á com a construção de novas infraestruturas, e, concomitantemente, não será descurada a promoção das acessibilidades nos diversos tribunais, e a realização de múltiplas outras intervenções.

Para sua concretização, iremos, designadamente, mobilizar o Fundo para a Modernização da Justiça e recorrer a fundos ambientais e de eficiência energética.

A recuperação de infraestruturas permitirá, igualmente, que se assuma o compromisso prioritário com a **dignificação das condições de privação da liberdade** no sistema prisional e de reinserção.

No âmbito da execução da pena de prisão, é fundamental continuar a trabalhar na dignificação das condições materiais dos

estabelecimentos de privação da liberdade, para corresponder às recomendações das instâncias internacionais de Direitos Humanos, dando início às obras de ampliação e requalificação de 13 pavilhões-tipo nos Estabelecimentos Prisionais de Alcoentre, Linhó, Pinheiro da Cruz e Sintra. Estas obras, que já têm os projetos de arquitetura concluídos, proporcionarão o aumento de capacidade para acolhimento de 624 reclusos, com vista ao encerramento do Estabelecimento Prisional de Lisboa.

Pretendemos, igualmente, avançar com a 2.^a fase de requalificação do Estabelecimento Prisional S. José do Campo (Viseu), e com a empreitada da construção do novo EP de São Miguel, nos Açores.

No âmbito do sistema penal, procurar-se-á potenciar a aplicação e a eficácia das medidas alternativas à prisão, em especial para condenados que se encontrem em situações de especial vulnerabilidade, do ponto de vista social, de saúde ou familiar.

4. Vamos trabalhar para Dignificação dos que trabalham na Justiça.

Concretizaremos a valorização remuneratória dos Guardas prisionais, assegurando-se neste orçamento a correspondente verba, por forma a atualizar a componente fixa do **suplemento por serviço e risco**.

Para acomodar o impacto orçamental dessa atualização, o Orçamento de Estado para 2022 prevê uma nova despesa de 5 milhões de euros, o que constitui (mais) um inequívoco sinal da firme intenção deste Governo, e do Ministério da Justiça em particular, de melhorar as condições de trabalho destes profissionais.

Neste momento, decorre um novo concurso externo de admissão de mais 150 guardas prisionais, continuando o esforço dos últimos 4 anos, ao longo dos quais foram introduzidos no sistema mais de 400 efetivos.

Para continuar a dignificar aqueles que trabalham na Justiça, é também tempo de assegurar um novo Estatuto aos Oficiais de Justiça, e de fazer o levantamento rigoroso das necessidades do sistema, para reforço de recursos humanos. Apesar de as novas

tecnologias terem contribuído para reduzir em cerca de 31% e 18% o número de horas de trabalho despendidas pelos Oficiais de Justiça, em tarefas de atendimento e tarefas administrativas, nomeadamente através da iniciativa *Tribunal+*, permitindo melhorar a eficiência das secretarias dos tribunais e reafectar recursos para tarefas com maior valor acrescentado, mantém-se a necessidade admissões de funcionários judiciais.

5. Gostava de finalizar salientando que este é **um orçamento que cuida dos mais frágeis**, porquanto comprometido com a prevenção e o apoio às vítimas - incrementando o apoio ao bom funcionamento da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes, com recurso a novas tecnologias -, e, de forma especial, as vítimas de violência doméstica. A verba inscrita na medida relativa à violência doméstica mais que duplica, está previsto o desenvolvimento de estratégias contra a violência doméstica, o reforço da **formação**, assim ampliando a proteção das vítimas.

*

Resulta do que vem dito que há muito para realizar, não só no tempo de vida curto do orçamento que agora se aprecia, mas num futuro mais largo.

Termino, não sem antes contrariar vozes catastrofistas, reforçando que **é um facto que o serviço que a Justiça presta a cidadãos e empresas está já a melhorar**, e vai sair reforçado e mais capaz com a transformação que empreenderemos.

Dessa evolução positiva dá conta o relatório da OCDE, de 2020¹, relativo aos serviços eletrónicos disponibilizados na área da Justiça.

E bastará hoje, como exemplo, referir, que mais de um milhão de pessoas fez a renovação automática do Cartão de Cidadão e recebeu o documento em casa, desde que este serviço foi disponibilizado há cerca de um ano. Com este método de renovação foi possível dispensar 2 milhões de atendimentos presenciais, entre pedidos e entregas, permitindo poupar aos cidadãos mais de 2,6 milhões de horas em deslocações, esperas e atendimentos.

¹ OCDE, *Justice Transformation in Portugal: Building on Successes and Challenges*, 2020

Ou que o Balcão Único do Prédio, em cerca de ano e meio de expansão, já foi alargado a 137 dos 152 municípios sem cadastro, possibilitando que mais de 70 mil proprietários realizassem quase 450 mil identificações das propriedades, tendo-se já atingido uma média diária de 3.500 identificações.

E no que respeita aos tribunais, é preciso dizer com clareza:

- Em 2021, o número de processos pendentes nos **tribunais judiciais** foi o mais baixo dos últimos 26 anos (desde 1995).
- O ano de 2021 é o nono ano consecutivo em que se verificou uma redução do número de processos pendentes nos tribunais judiciais de 1^o instância.
- Em 2021, o número de processos findos foi superior ao número de processos entrados, o que justifica o decréscimo da pendência em cerca de 8,9%.

É, igualmente, um facto que áreas houve que conheceram melhorias demasiado tímidas, como a área da Justiça administrativa e fiscal. Mas, exatamente porque a evolução positiva nesta jurisdição ainda é muito insuficiente, a Justiça administrativa e fiscal está já a merecer o nosso máximo

empenho, com o **Plano de Ação Estratégica para a Justiça Administrativa e Fiscal.**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

- **Reforçar o combate à corrupção** e às novas formas de criminalidade, investindo na investigação;
- **Agir para Eficiência e confiança** na Justiça;
- **Investir em infraestruturas e sua requalificação;**
- **Trabalhar para continuar a Dignificação** dos que trabalham connosco e dos que temos a cargo;
- **Formar para as respostas aos mais fracos, mas também para a gestão e para a digitalização transformadora.**

Com este primeiro orçamento, o XXIII Governo dá início a um novo ciclo de transformações, e renova o compromisso com os projetos e serviços da Justiça que vêm dando provas. É um orçamento que representa um esforço indispensável para corresponder aos compromissos assumidos com os cidadãos e empresas, na



promoção de uma Justiça mais próxima, mais eficiente e mais célere. Estamos certos de que, desta forma, daremos contributo decisivo para a economia nacional e para fortalecer a confiança no sistema de Justiça.

Bem cientes do desafio que nos espera, estamos confiantes de que **podemos fazer acontecer.**

Muito obrigada.